

RELATÓRIO EXECUTIVO INSTITUCIONAL



2025

EQUIPE

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Coordenadora Executiva
Vera Olinda Sena de Paiva

SETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Gerente Financeira: Eudenice Pinheiro Ferreira
Gerente Administrativa: Nelcilene Costa de Araujo
Assessora Financeira: Adriele Alves dos Santos
Assistente Administrativa: Naiana Teixeira Freitas
Assistente Administrativa: Kelre Cristine Miranda Almeida

COMUNICAÇÃO

Assessoras de Comunicação: Elizabeth Paulino
Bylaardt e Ila Caira Verus Magalhães

Assistente de Comunicação: Samsara Nukini

PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

Coordenadora: Elke Lima dos Santos
Equipe de Assessoria Técnica: Gisele Araújo,
Mayara Diógenes e Felipe Nascimento Araújo

PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ARTICULAÇÃO REGIONAL

Coordenadora: Aldalucia F. Carvalho
Equipe de Assessoria Técnica: Maria Luiza Pinedo
Ochoa, Cristina Lima Kaxinawa e Gleyson de
Araujo Teixeira
Consultor: Terri Vale de Aquino

SETOR DE GEOPROCESSAMENTO

Coordenadora: Branca Maria Opazo Medina
Assessores Técnicos: José Frank de Melo Silva,
Davi Polari e Raiene Almada de Sousa

CENTRO DE FORMAÇÃO DOS POVOS DA FLORESTA

Técnicos Agroflorestais: Francisco do Nascimento
Belo e Gabriel Leite Lima
Assistente: Djalma Rocha, Silvia de Souza
Figueiredo e Mairon da Silva Feitoza

BOLSISTA

CDPI- Poliana da Silva Sousa
Comunicação - Samsara Nukini

CONSULTORES INDÍGENAS

Josias Pereira Kaxinawa – TI Kaxinawá do Rio Jordão
Vanderlon Pinheiro Damião Kaxinawa - TI Kaxinawá
do Rio Jordão
Rocildo Barbosa Melo Kaxinawa - TI Kaxinawá do
Baixo Rio Jordão
Lucas Artur Brasil Manchineri – TI Mamoadate
Jurandir Lorival Jaminawa – TI Mamoadate
Geniel Fernandes Kaxinawa - TI Katukina/Kaxinawá
Fernandes Henrique Kaxinawa – TI Kaxinawa/
Ashaninka do Rio Breu
Amiraldo Sereno Kaxinawa – TI Kaxinawá da Praia
do Carapanã
Manoel Jocenir de Paula Saboia – TI Kaxinawá do
Rio Humaitá
Lucas Azevedo do Nascimento Puyanawa – TI
Poyanawa
Dielle Costa da Silva Nukini – TI Nukini
Leonildo Carvalho da Silva Nawa – TI Nawa

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Maria Emilia Machado Coelho de
Oliveira
Vice-Presidente: Joaquim Paulo de Lima Mana
Kaxinawa
Membros:
Ingrid Weber
Mara Vanessa Fonseca Dutra
Renato Antônio Gavazzi

CONSELHO FISCAL

Magaly da Fonseca e Silva Tavares Medeiros
Marcos de Almeida Matos
Alberto Tavares Pereira Júnior

ORGANIZAÇÕES E COLETIVOS INDÍGENAS PARCEIROS

Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre - AMAAIAC

Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá - OPIRJ

Organização das Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia - SITOAKORE

Manxinerune Ptohi Phunputuru Poktshi Hajene – MAPPHA

Associação Ashaninka do Rio Amônia - APIWTXA

Associação Sociocultural Yawanawa - ASCY

Associação Huni Kuĩ Raya - RAYA

Associação Huni Kuĩ do Alto Jordão - AHAI

Associação Arara do Rio Amônia

Coletivo de Mulheres Aldeia Novo Destino (TI Arara do Rio Amônia)

Associação Kaxinawá do Rio Breu - AKARIB

Coletivo de Mulheres Huni Kuĩ (TI Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu aldeias Vida Nova e Cruzeirinho)

Associação do Povo Indígena Jaminawa-Arara do Rio Bagé - AJARB

Coletivo de Mulheres da Aldeia São Sebastião (TI Jaminawa Arara do Rio Bagé)

Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá - APAIH

Associação de Seringueiros, Produtores e Artesãos Kaxinawá de Nova Olinda - ASPAKNO

Associação do Povo Ashaninka do Alto Rio Envira - ASPARE

Coletivo Nawa

Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC

Organização dos Povos Indígenas Huni Kuĩ do Alto Rio Purus - OPIHARP

Organização Geral do Povo Noke Ko'í - AGPN

Rede de Comunicadores Indígenas do Acre

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Comitê Chico Mendes

SOS Amazônia

Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé

Instituto Catitu

Universidade Federal do Acre (UFAC) - Curso de Jornalismo

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

WWF-Brasil

Conexão Cipó

Rede de Cooperação Amazônica

Federación Nativa de Madre de Dios y Afluentes (FENAMAD)



Auricélio Mateus Kaxinawá, AAFI da TI
Kaxinawá do Rio Humaitá. Foto: Ila Verus

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1. GESTÃO INSTITUCIONAL	12
2. COMUNICAÇÃO	20
3. PROTEÇÃO TERRITORIAL	26
4. FORMAÇÃO DE AGENTES AGROFLORESTAIS	32
5. SEGURANÇA ALIMENTAR	38
6. GESTÃO TERRITORIAL INTEGRADA	44
7. CLIMA	50
8. INCIDÊNCIA POLÍTICA	54
9. GÊNERO	62
10. FORTALECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS	66

LISTA DE SIGLAS

AAFI – Agente Agroflorestal Indígena
ACP – Ação Civil Pública
CATRAPOACRE - Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos do Acre
CEVA – Comissão de Validação e Acompanhamento
CFPF – Centro de Formação dos Povos da Floresta
CPI-Acre – Comissão Pró-Indígenas do Acre
CTI – Câmara Temática Indígena
FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MPF – Ministério Público Federal
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
Resex – Reserva Extrativista
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SISA – Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais
TI – Terra Indígena
WWF-Brasil – Fundo Mundial para a Natureza



Criança do povo Jaminawa Arara, em
Marechal Thaumaturgo. Foto: Ila Verus

APRESENTAÇÃO



Terra Indígena Kampa do Rio Amônia,
Marechal Thaumaturgo. Foto: Ila Verus

O Relatório Institucional de 2025, no qual apresentamos mais um ano de trabalho da CPI-Acre, está organizado com depoimentos, descrição das principais atividades realizadas, os principais números alcançados e os desafios enfrentados nessa duradoura caminhada. Bem sabemos que o trabalho é maior que um período sequencial. É um caminhar, ação em movimento, quase nunca linear. Organizar a permanência institucional em poucas páginas é um estímulo. Apresentar o relatório não é apenas trazer as realizações do ano, mas também os limites, as dificuldades e as questões que perpassam todo o trabalho no Acre Indígena, contribuindo em buscar caminhos para fortalecer a CPI-Acre em sua missão institucional.

Em 2025, aconteceu um importante momento de formação indigenista da equipe da CPI-Acre através de rodas de conversa com importantes referências do indigenismo no Acre, entre lideranças indígenas, parceiros históricos e antropólogos, como Francisca Arara, Joaquim Maná, Josias Maná, Txai Terri Aquino, Txai Macedo (*in memoriam*) e Marcos Almeida. Com a chegada de novos assessores e assessoras à instituição, esses espaços tiveram um papel importante nas escutas, relatos de experiências, orientações e reflexões construídas ao longo da trajetória da CPI-Acre junto aos povos indígenas no Acre, discutindo caminhos diante das transformações que atravessam os territórios indígenas e seus entornos, em especial os eventos extremos causados pelas mudanças climáticas.

A centralidade das formações, cursos e oficinas, segue firme e animada. Foram realizados cursos de Formação de AAFIs, com a permanência de mulheres indígenas agroflorestais; de jovens comunicadores indígenas, em parceria com a UFAC; as oficinas de gestão financeira e gênero, fortalecendo um coletivo de mulheres indígenas; e a formação em monitoramento territorial, aprimorando instrumentos do monitoramento para proteção de povos indígenas isolados; a Oficina de Mudanças Climáticas e Governança; a Oficina de Implementação da PNGATI; a Pré-Conferência das Mulheres Indígenas. Encontros, diversidade e trocas movimentaram o Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF). Um espaço de formação reconhecido e propício para reflexões, produção de conhecimentos, mas que permanece como um dos grandes desafios da CPI-Acre, especialmente em relação à sua manutenção e seu funcionamento cotidiano.

Mas o que mais nos orgulhou em 2025 foi o crescimento da participação das mulheres indígenas nas diferentes formações, reuniões e articulação, um avanço que vem se consolidando. As mulheres foram presença qualificada nas ações ao longo do ano. E, por isso mesmo, realizamos a Assembleia Ordinária da CPI-Acre escutando um grupo de mulheres indígenas sobre rumos e parcerias, representando um momento de fechamento e revisão coletiva do trabalho realizado em 2025, reunindo reflexões e bons encaminhamentos para a continuidade das ações desenvolvidas pela CPI-Acre.

Vera Olinda Sena de Paiva
Coordenadora Executiva

MISSÃO INSTITUCIONAL

Apoiar os povos indígenas que vivem no Acre em suas lutas pela conquista e o exercício de seus direitos coletivos – territoriais, ambientais, linguísticos, socioculturais – por meio de ações que articulem a gestão territorial e ambiental das terras indígenas, a educação intercultural e bilíngue e as políticas públicas

Maria Nelise, da TI Jaminawa Arara do Rio Bagé. Foto: Ila Verus.

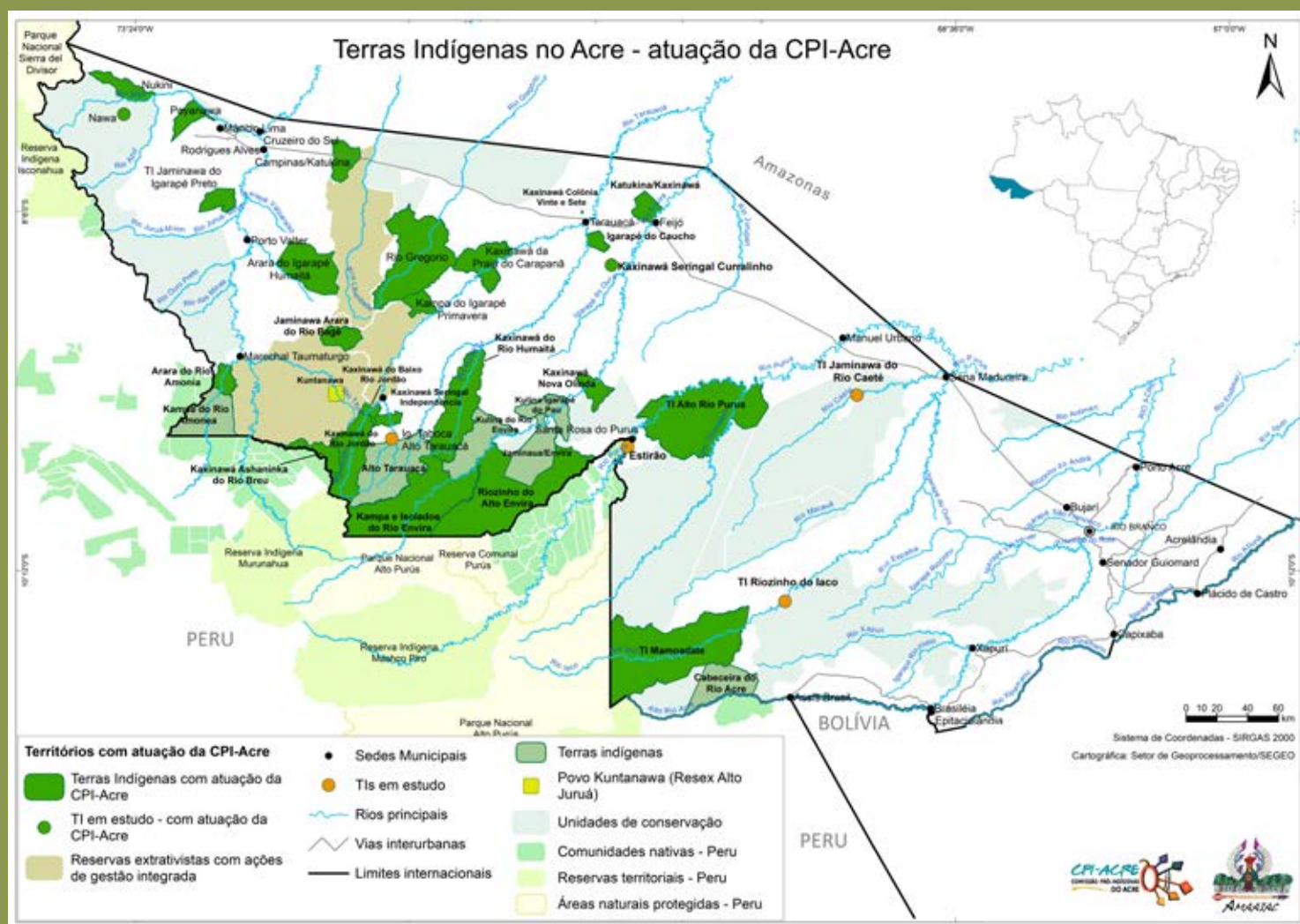


ÁREA DE ATUAÇÃO

POVOS INDÍGENAS

Huni Kuĩ (Kaxinawa) . Ashaninka . Yawanawa . Puyanana
 Noke Ko'í (Katukina) . Nukini . Nawa . Manxineru
 Jaminawa Arara . Jaminawa . Shanenawa . Shawãdawa . Apolima Arara

TERRAS INDÍGENAS NO ACRE - MAPA DE ATUAÇÃO DA CPI-ACRE



1 GESTÃO INSTITUCIONAL



Centro de Formação dos Povos
da Floresta. Foto: Ila Verus

A Gestão Institucional é uma área que exige atualização constante e, por ser uma espécie de espinha dorsal da instituição, requer também conhecimento em planejamento estratégico, prestação de contas, legislação sobre associações civis sem fins lucrativos, gestão de atividades, fluxos internos, entre outros. A gestão institucional deve assegurar a sustentação, a segurança e o respaldo institucional, o bom fluxo e mobilidade, para que uma organização funcione com dinamismo. Daí que, uma boa governança assegura a transparência, as decisões conjuntas, as prestações de contas.

Um dos aspectos que para nós é relevante na gestão institucional da CPI-Acre é que cotidianamente procuramos nos qualificar como gestoras levando em conta as diferenças com a administração pública, ao tempo em que também são seguidas e cumpridas todas as leis para a aplicação de recursos públicos. Uma gestão diferenciada que se baseia nas dinâmicas das demandas indígenas, na fluidez dos processos, mas também nas entregas.

No fortalecimento institucional de 2025, que reflete na melhoria da capacidade de gestão, foram atualizados e aprovados os documentos que orientam, definem e protegem a instituição e seu funcionamento seguro. São eles: Portifólio; Histórico de Atuação e Governança; Regimento Interno; Gestão Patrimonial; Procedimentos e Fluxos para Aquisição de Materiais de Consumo, Equipamentos e Contratação de Serviços.

Hoje, a CPI-Acre tem um conjunto de 24 documentos de gestão entre Estatuto Social, Protocolos, Estratégias.

Nos impactos positivos gerados na gestão institucional está o fortalecimento da governança, com a instituição liderada por seis mulheres ocupando cargos de coordenadoras e gerentes e a presença regular da presidenta do Conselho Diretor. Na área financeira, além das entregas para o Conselho Fiscal, destaca-se o avanço nos prazos do fechamento mensal da contabilidade e a contratação do Sistema WKRADAR.

Também o impulsionamento da CPI-Acre na agenda de articulação interinstitucional, que se alinha à boa capacidade de gestão institucional com a articulação política; a internalização dos fluxos por meio de reuniões internas que acontecem semanalmente entre o grupo de coordenação e gerência e quinzenalmente as reuniões gerais de equipe. As reuniões reforçam o alinhamento entre as estratégias institucionais e a coerência nas ações; compartilhamento de agendas e monitoramento das entregas, como também discussões sobre o sentido e os resultados do trabalho.

Na área da formação o Setor Administrativo Financeiro realizou o 3º módulo da Oficina de Gênero e Gestão Financeira, que contou com dez mulheres indígenas de seis Terras Indígenas. A formação está organizada em cinco módulos e visa fortalecer mulheres indígenas, sua atuação nas associações locais a partir de conhecimentos sobre gênero, associativismo e gestão administrativa e financeira. O 3º módulo foi realizado em integração com o Programa de Política Pública e Articulação Regional.

Destaca-se ainda a realização da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 2025, no CFPF, em que foi realizada a eleição e a posse dos novos membros do Conselho Diretor, Conselho Fiscal e da coordenadora executiva para o triênio 2026-2029.

NÚMEROS



30 REUNIÕES GERAIS DE EQUIPE



48 REUNIÕES DE COORDENAÇÃO E GERÊNCIAS



12 REUNIÕES COM DOADORES, ADVOGADOS E AUDITORES



22 CURSOS, REUNIÕES E OFICINAS PROMOVIDOS PELA CPI-ACRE NO CFPF



7 EVENTOS PROMOVIDOS POR INSTITUIÇÕES PARCEIRAS NO CFPF



1 OFICINA PARA CONSTRUIR O POA 2025 -1



1 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA



1 OBRA CONCLUÍDA NO CFPF (REFORMA NA COZINHA)



3 MANUTENÇÃO E REFORMAS DOS ESPAÇOS



6 NOVOS PROJETOS ELABORADOS E APROVADOS



12 PROJETOS EXECUTADOS

DESAFIOS

- Consolidar a integração intersetorial;
- Promover os pontos de intercâmbio identificados entre as áreas;
- O trabalho permanente de captação e as incertezas de orçamento;
- A sustentabilidade do Centro de Formação dos Povos da Floresta, a partir de seu potencial de captação (investir em um "plano de sustentabilidade");
- Manter a regularidade do monitoramento e avaliação das estratégias;
- Melhorar as relações de trabalho, integração e parceria entre os membros da equipe;
- Definir prioridades, considerando que todas as estratégias e ações são importantes;
- Maior segurança dos dados e proteção das informações.



3ª Oficina de Mulheres, Gênero e Gestão Financeira.
Foto: Ila Verus



Formação Indigenista com o Prof. Dr Joaquim Maná.
Foto: Acervo CPI-Acre



Conferência das Mulheres Indígenas. Foto: Alexandre Cruz Noronha



PROJETOS E ORÇAMENTOS

1.1 PROJETOS EM EXECUÇÃO E/OU EXECUTADOS

Projeto	Doadores	Valor do Projeto	Programa/Setor	Vigência
Gestão Sustentável e Proteção Territorial no Acre Indígena	Rainforest Foundation Norway – RFN	R\$ 1.447.583,16	PPAR, PGTA, SEGEO	01/01/2023 a 31/12/2027
Aliança entre Indígenas e Extrativistas pelas Florestas no Acre - Consócio CPI-Acre, Instituto Catitu e SOS Amazônia	Rainforest Foundation Norway - RFN	R\$1.638.622,85	PGTA, PPAR, SEGEO e Coordenação Executiva	30/06/2021 a 31/12/2025
Monitoramento Territorial Indígenas e Povos Isolados	Rainforest Foundation Norway - RFN	R\$ 1.872.898,22	PGTA, PPAR e SEGEO	101/01/2026 a 31/12/2027
Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas para a Gestão Territorial e Ambiental no Acre.	Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI)	R\$ 372.000,00	PGTA	01/10/2025 a 01/10/2026
Segurança Alimentar e Biodiversidade e Artes em Terras Indígenas no Acre	Doações de terceiros	R\$ 886.200,75	PGTA, PPAR e SEGEO	10/03/2025 a 15/12/2027
Segurança Alimentar e Ambiental em Comunidades da Fronteira do Acre/Ucayali	Manos Unidas	R\$ 188.858,89	PGTA e PPAR	14/08/2025 a 14/08/2026
Proteção Povos Indígenas e Tradicionais no Brasil	WWF – Brasil – Bengo	R\$ 292.094,44	SEGEO	21/02/2022 a 30/06/2025
Monitoramento e Proteção Territorial	Contrato de doação de recursos N° 004481/2025 WWF-Brasil	R\$75.000,00	SEGEO	23/09/2025 a 31/01/2026
Consolidação e validação do protocolo de segurança em comunidades das Terras indígenas Alto Rio Purus, Mamoadate, Katukina/Kaxinawa, Nawa, Poyanawa e Kaxinawa do Rio Humaitá	Contrato de Parceria Técnico Financeira CPT N° 0003915 -WWF-Brasil – Bengo	R\$ 59.000,00	SEGEO	01/09/2024 a 31/01/2025

Projeto	Doadores	Valor do Projeto	Programa/Setor	Vigência
Proteção Povos Indígenas e Tradicionais no Brasil - 3FM	Contrato de Parceria Técnico Financeira CPT N° 4048/2024-WWF-Brasil	R\$ 72.000,00	SEGEO	29/01/2025 a 30/07/2025
Mulheres e Juventude na Proteção e Conservação do Território Shawadawa	Instituto Catitu	R\$ 58.000,00	PGTA/SEGEO	25/04/2024 a 25/12/2025
Assessoria Gerencial à AMAAIAC	CESE	R\$ 32.500,00	PGTA/Financeiro	30/06/2025 a 30/11/2026
Outras receitas (doações e locações do CFPF)		R\$ 461.787,13		
		R\$ 7.456.545,44		Total





Equipe técnica CPI-Acre.
Foto: acervo CPI-Acre



Visita do Embaixador da Suíça
ao CFPF. Foto: Ila Verus



Assembleia Geral da CPI-Acre.
Foto: Ila Verus



Imagens das gravações do filme *Expedição Txai*, realizadas no CFPF. Foto: Ilá Verus



Reforma da cozinha do CFPF. Foto: Ilá Verus



Visita de Integrantes do GCF Task Force. Foto: Ilá Verus

2

COMUNICAÇÃO



Maná Marcelino de Lima Huni Kuí, comunicador da TI Praia do Carapaña. Foto: Ila Verus

***“Hoje me considero um ativista indígena em prol da defesa dos nossos territórios aqui do Acre. E falar da comunicação é ver uma grande ferramenta de luta. Eu tive acesso à comunicação em 2021. Hoje estou em um processo de formação, com o apoio da CPI-Acre, que deu suporte para a formação de jovens comunicadores indígenas aqui no Acre. Essa comunicação tem fortalecido muito a juventude. Ela tem dado espaço para a juventude, oportunidade de trabalho e fortalecido a proteção territorial. Tem elevado as vozes dos nossos caciques, dos nossos anciões e das nossas mulheres. Hoje, a comunicação é como se fosse nosso arco e nossa flecha. De dentro do território, a gente consegue mostrar para o mundo o que está acontecendo.*”**

A importância da comunicação da CPI, que abriu essa porta através das lideranças, foi muito grande. Antes de 2021, a juventude não tinha oportunidade e as organizações não trabalhavam a comunicação como defesa dos nossos territórios. Mas uma semente foi plantada e deu frutos. Hoje conseguimos mostrar para o mundo quem nós somos e, principalmente, ecoar nossas vozes.”

Uhnepa – Cleiton Maneiro da Silva Nukini

Aldeia Vakevisu, TI Nukini, comunicador indígena em formação na Oficina de Jovens Comunicadores Indígenas da CPI-Acre.



A Assessoria de Comunicação da CPI-Acre atua para garantir o direito à informação, ampliar a visibilidade das ações da instituição e fortalecer o movimento indígena no Acre. Como instrumento de incidência política, contribui para qualificar o debate público e dar visibilidade às pautas indígenas.

Em 2025, a comunicação da CPI-Acre ampliou sua presença nos meios digitais, dando visibilidade a temas centrais para os povos indígenas, como educação, segurança alimentar e crise climática. A CPI-Acre também ampliou sua presença na imprensa, com 32 inserções em veículos de comunicação. A ampliação do acesso à internet nas aldeias reforça a necessidade de investir na formação e valorização de comunicadores indígenas.

A comunicação também se consolidou como espaço de formação. Em 2025, 22 comunicadoras e comunicadores indígenas, de nove povos e atuando em oito Terras Indígenas, participaram de processos formativos e de produção de conteúdo. A participação desses jovens em espaços como o Acampamento Terra Livre (ATL) e a COP30 demonstra o fortalecimento da comunicação indígena em agendas nacionais e internacionais.

A Rede de Comunicadores Indígenas do Acre (RCIA), criada a partir da Oficina de Jovens Comunicadores Indígenas com apoio da CPI-Acre, ampliou sua atuação no ambiente digital e em ações presenciais, fortalecendo a circulação de informações a partir dos territórios.

Expandir essas ações para outros povos e Terras Indígenas é estratégico para fortalecer a comunicação indígena e a defesa dos territórios.



6ª Oficina de Comunicadores Indígenas do Acre. Foto: Ila Verus

NÚMEROS



PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

22 publicações, entre matérias e notas, no site da CPI-Acre.

179 posts e reels nas redes sociais Instagram e Facebook, sendo: **116** posts produzidos e postados pela CPI **63** posts produzidos ou postados em colaboração com parceiros



NOTAS E CARTAS

8 manifestações públicas



PODCAST

1 episódio gravado do podcast Vozes da Floresta, durante a Oficina de Jovens Comunicadores Indígenas



FORMAÇÃO DE JOVENS COMUNICADORES INDÍGENAS

1 oficina para jovens comunicadores indígenas

22 comunicadoras e comunicadores indígenas em formação, 10 mulheres e 12 homens, de 9 povos (Manxineru, Huni Kuĩ, Shanenawa, Nukini, Naw, Jaminawa Arara, Ashaninka, Yawanawa e Apurinã) e 8 terras indígenas: TI Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, TI Kaxinawá da Praia do Carapanã, TI Mamoadate, TI Nukini e TI Katukina/Kaxinawá, TI Nawa, TI Jaminawa Arara do Rio Bagé e a TI Rio Gregório



INSERÇÕES NA IMPRENSA

32 inserções da CPI-Acre em veículos da imprensa on-line e na TV

Cards produzidos para divulgação das atividades e publicações nas redes sociais



DESTAQUES

- Crescente engajamento das redes sociais da CPI-Acre, com média de 48 mil visualizações nos últimos três meses de 2025 (outubro, novembro e dezembro);
- Ampliação da produção audiovisual, com 43 vídeos curtos produzidos ao longo do ano, fortalecendo o alcance das mensagens institucionais;
- Produção e disseminação de informações qualificadas sobre temas centrais para os povos indígenas, como educação, segurança alimentar e crise climática, contribuindo para a inserção da CPI-Acre em veículos locais e nacionais;
- Maior engajamento da juventude indígena nas pautas de comunicação, com destaque para o aumento da participação de mulheres e o fortalecimento da Rede de Comunicadores Indígenas do Acre (RCIA);
- Ampliação da participação de jovens comunicadores indígenas em processos formativos e eventos estratégicos, fortalecendo sua atuação em redes e espaços de articulação;
- Fortalecimento da atuação da comunicação indígena nos territórios, por meio da produção de conteúdo, realização de oficinas e apoio à participação da juventude em agendas climáticas e de incidência política;
- Ampliação da visibilidade da RCIA em espaços nacionais, com participação na cobertura de eventos como o Acampamento Terra Livre e a COP30, além de contribuições para produções audiovisuais;
- Inclusão dos relatórios anuais da CPI-Acre no site institucional, ampliando o acesso público a informações técnicas e institucionais;
- Implementação da nova identidade visual da CPI-Acre nas redes sociais, fortalecendo o reconhecimento e a presença institucional nos meios digitais.



8ª Oficina de Comunicadores Indígenas. Foto: Ila Verus



Comunicadores Samsara Nukini e Ximery Apurinã durante as gravações do filme Expedição Txai, na TI Kampa do Rio Amônia. Foto: Ila Verus



Rani Shanenawa, comunicadora da TI Katukina Kaxinawá durante a marcha do ATL2025. Foto: Ila Verús



3 PROTEÇÃO TERRITORIAL



Geniel Fernandes Kaxinawá da TI
Katukina/Kaxinawá. Foto: Ila Verus

“Proteção territorial é proteger, cuidar da terra, do território. Territorial é a nossa terra toda. Perto mora o nawá e mais acima mora o isolado. Com o isolado ninguém fala não. Agora com o nawá a gente fala.

A equipe vai pro alto e sobe o Murú, conversando, pra defender vocês. Então, o nosso diálogo com o entorno é pra fortalecer a nossa aliança. Com respeito, com conhecimento, se aliar. Eles nos respeita, nós respeitamos eles.

Segundo, falar do reflorestamento. Porque os nawá aí são os carecas. Mas tem careca como? Desmatção. A gente não desmata muito não. A gente desmata mais pra fazer roçado. Ninguém quer andar careca no sol quente. É fazer o reflorestamento. Criar gado é importante, mas reflorestar, plantar muda e floresta também é importante.

E terceiro, falar também do isolado. Onde eles podem andar, eles andam. Eles levam nossas roças, nossas panelas, levam também dos nawá. Então, quando os isolados saem, eles passam pra nós.

Eles são protetores, estão protegendo o Kaxinawá. E nós também estamos protegendo eles. Então, o meu trabalho é de conscientização e sensibilização do entorno da terra. Hoje estamos chegando a 65% de conscientização. Antigamente não existia isso. Tinha parente que dizia: ‘Vou matar, vou atirar, vou furar’. Mas isso não está acontecendo mais porque eles estão entendendo.

Então esse trabalho é puxado por mim. Molho minha camisa pra salvar a vida de vocês. Molho minha camisa pra salvar a vida da floresta.”

Jocemir Saboia
Liderança, Aldeia São Vicente, TI Kaxinawá do Rio Humaitá.



Expedição de monitoramento
Puyanawa. Foto: Lucas Puyanawa

ATUAÇÃO

A Proteção Territorial faz parte dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das Terras Indígenas (TIs). Os PGTAs são instrumentos para a reflexão e para a ação em vigilância comunitária, monitoramento e incidência política para combater as ameaças e invasões em territórios indígenas. As ameaças vêm da aproximação com cidades, ramais e estradas, entorno de fazendas, assentamentos, projetos de infraestrutura etc., agravados pela baixa capacidade de fiscalização do poder público. Elas envolvem retirada de madeira, caça e pesca ilegais, abertura de campos, de roçados e até mesmo desmatamento. O monitoramento dos indígenas em isolamento voluntário também é foco desta linha de ação, que é transversal aos programas e setores da CPI-Acre.

Entre os desafios para a proteção dos territórios indígenas, destacam-se: a melhoria da incorporação das técnicas aprendidas na rotina dos monitores indígenas; a divulgação e o retorno aos monitores a respeito de informações do sensoriamento e monitoramento remoto (desmatamento e queimadas); o uso correto e responsável dos equipamentos tecnológicos e internet doados; sensibilização crescente dos vizinhos do entorno para alianças e articulações concretas para a proteção dos territórios; ampliação do dinamismo para que os retornos dos monitores indígenas para suas comunidades, como multiplicadores, de fato acontecerem, e serem potencializados; mudanças climáticas – alagações e secas extremas – e suas interferências nas vidas dos indígenas e suas rotinas de trabalho; constatação de novos tipos de invasões: roubos, saques, drones estranhos, além da presença crescente de ilícitos nas comunidades indígenas.



Oficina de Monitoramento de Agrofloresta. Foto: Ila Verus

NÚMEROS



MAPAS PRODUZIDOS PARA MONITORAMENTO COMUNITÁRIO

7 mapas temáticos de 7 TIs, atualizados e distribuídos.



FORMAÇÃO EM MONITORAMENTO

4 Oficinas de Proteção Territorial e Monitoramento para equipes indígenas de 13 terras indígenas.

142 indígenas de 10 povos ampliaram conhecimentos quanto ao uso de tecnologias para atividade de monitoramento e vigilância, sendo 59 jovens (41,5%) e **36 mulheres (25%)**.



ASSESSORIA EM GEOTECNOLOGIAS

1 assessoria em geotecnologias para proteção territorial, com intercâmbio dentro do Povo Nukini.



MONITORAMENTO TERRITORIAL

32 expedições de monitoramento, conduzidas por 21 equipes em 12 TIs e 1 atividade de reavivamento de limites de 1 TIs.

5 destas expedições tiveram interação com moradores do entorno.



REGISTROS DE AMEAÇAS E DE INDÍGENAS EM ISOLAMENTO VOLUNTÁRIO

18 registros de ameaças, sendo **4** de invasão para caça; **3** invasões de pasto por fazendeiro; **2** expedições registraram retirada de madeira; **2** a retirada de ovos de tracajás; **1** o risco potencial de invasão e **1** encontro com pessoa estranha.

3 casos de objetos voadores não identificados, possivelmente drones desconhecidos, voando em aldeias à noite.

5 registros da presença de indígenas isolados.



REUNIÕES EM TERRAS INDÍGENAS

8 reuniões sobre proteção territorial e monitoramento em 6 TIs.

DESTAQUES

- Formação de indígenas com transferência tecnológica, ampliando os conhecimentos de AAFIs e monitores para atuação mais eficaz no monitoramento e proteção territorial;
- Presença de três mediadores indígenas na formação em geotecnologias realizada no CFPF;
- Consultoria indígena para apoio ao reavivamento de limites na TI Arara do Rio Amônia;
- Qualificação dos registros utilizados para documentação e incidência em defesa dos territórios indígenas;
- Registros qualificados e uso adequado de aplicativos de georreferenciamento contribuíram para a elaboração de carta-denúncia do povo Huni Kuĩ da TI Kaxinawá do Seringal Independência sobre invasões, desmatamento e retirada de madeira, encaminhada aos órgãos competentes com apoio da CPI-Acre;
- Ampliação do banco de imagens e da documentação da fauna da TI Nawa, produzidos em parceria com o ICMBio;
- Melhoria na organização das equipes indígenas para as atividades de monitoramento territorial;
- Intercâmbio entre indígenas da aldeia Kampu e da TI Nukini fortaleceu a união entre os povos e a troca de experiências durante expedição na área de autodemarcação Nawa;
- Continuidade da formação durante expedições de vigilância (formação em serviço);
- Ampliação da sensibilização de moradores do entorno das TIs Kaxinawá do Rio Humaitá e Alto Rio Purus em relação ao monitoramento territorial;
- Avanços na sistematização das informações e na produção de informativos e artigos;
- Início das ações de proteção e monitoramento com o povo Ashaninka no Alto Envira, com formação de nova equipe envolvendo as TIs Riozinho do Alto Envira, Kampa e Isolados do Rio Envira e Jaminawa do Alto Envira.
- Em relação ao monitoramento remoto, destacou-se a conclusão do Sistema de Alertas e Monitoramento Pró-Indígenas do Acre (SIMPI). Durante a primeira formação para uso da plataforma, um AAFI Puyanawa identificou uma área de desmatamento ainda desconhecida por sua equipe.



Oficina de Geotecnologia para Proteção Territorial da TI Arara do Rio Amônia, aldeia Novo Destino.
Foto: Acervo CPI-Acre.



Oficina de Monitoramento Territorial Indígena.
Foto: Ila Verus



Oficina de Proteção e Monitoramento Territorial da TI Riozinho do Alto Envira, aldeia Nova Floresta.
Foto: José Frank



Seminário Proteção das Terras Indígenas - Experiências dos Territórios e das Pesquisas Acadêmicas.
Foto: Dharcules Pinheiro

4

FORMAÇÃO DE AGENTES AGROFLORESTAIS



XXXV Curso de Formação de AAFIs.
Foto: Ila Verus

“No meu pensar é assim: eu me informei sobre isso como agente de floresta. Fui formado em 2023. O que eu entendo sobre a segurança alimentar é que o agente formado tem que estar repassando isso em cada aldeia e comunidade. Porque, quando o AAFI se forma, ele tem a responsabilidade de trazer a segurança alimentar para dentro da terra indígena, não só para a sua aldeia, mas também para a região onde trabalha.

Então, o que ele vai fazer? Ter o seu açude, fazer reuniões e falar sobre segurança alimentar. Os pontos que ele vai colocar são: ter açude na comunidade, criação de galinha, roçado tradicional, safra e quintal cheio de frutíferas. O agente de floresta se forma para trazer essa experiência para a aldeia e para a comunidade.

E o primeiro passo é ele fazer o dele. Fazer o seu açude, a sua criação de galinha, ter o seu roçado cheio de banana, mamão, inhame, batata. Porque ali ele já está fazendo a segurança alimentar para o próprio dia a dia dele, junto com as famílias e com a comunidade. Tem um trabalho comunitário, um trabalho de parceria, porque é dali que a gente vai tirar a nossa segurança alimentar. Ter a safra cheia de frutas, de todas as espécies possíveis. A gente tem que plantar.”

AAFI Josué Pereira Cazuza

TI Arara do Igarapé Humaitá – Porto Walter – Acre

ATUAÇÃO

O Programa de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Comissão Pró-Índigenas do Acre apoia os povos indígenas na gestão de seus territórios, articulando formação técnica, proteção ambiental e segurança alimentar.

O programa forma Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI), que atuam em suas comunidades integrando conhecimentos tradicionais e práticas agroecológicas. Também apoia a produção sustentável de alimentos, o manejo dos recursos naturais e iniciativas ligadas à sociobiodiversidade.

Com atuação direta nos territórios, o PGTA contribui para a qualidade de vida das comunidades, a gestão territorial indígena e a proteção dos modos de vida dos povos indígenas do Acre.

Entre os principais desafios, estão: ampliar a formação de AAFIs em territórios distantes, garantir a participação de jovens e mulheres e superar limitações logísticas.

Na segurança alimentar, os desafios incluem manter os sistemas produtivos diante das mudanças climáticas, ampliar o acesso a insumos, assistência técnica e infraestrutura, e fortalecer a inserção da produção indígena em políticas públicas e mercados, como o PAA e o PNAE.

A continuidade dos investimentos e do apoio institucional é fundamental para que os povos indígenas sigam fortalecendo a gestão e a proteção de seus territórios.



Plantio de mudas no Marco Verde da TI Arara do Igarapé Humaitá. Foto: José Pereira Cazuza



Assessoria em Segurança Alimentar e Gestão Integrada na TI Kampa do Igarapé Primavera. Foto: Felipe Araújo



3ª Reunião de Trabalho da Amaiaic. Foto: Ila Verus

NÚMEROS



CURSOS DE FORMAÇÃO

4 mulheres na formação

1 curso de formação

25 AAFIS em formação



FORMAÇÃO PRÁTICA E ACOMPANHAMENTO

7 viagens de assessoria

5 AAFIs participando de intercâmbios

17 AAFIs assessorados em viagens de assessoria

9 consultores indígenas



ESPAÇOS FORMATIVOS E ARTICULAÇÃO

6 oficinas

4 reuniões de trabalho AMAAIAC

20 reuniões de equipe

16 reuniões externas



MONITORAMENTO FORMATIVO-TERRITORIAL

4 expedições de monitoramento de implementação de Marco Verde



FORTALECIMENTO DE ACORDOS

4 Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) atualizados/publicados

DESTAQUES

- Fortalecimento da autonomia indígena: Os AAFIs passam a atuar como referência dentro das próprias comunidades, reduzindo a dependência de técnicos externos e garantindo que seus conhecimentos circulem internamente.
- Valorização dos saberes tradicionais: A formação não substitui o conhecimento indígena, ela fortalece e sistematiza práticas tradicionais, como manejo de roçados, uso de sementes crioulas e sistemas agroflorestais.
- Formação de lideranças locais: Os AAFIs assumem papéis estratégicos como na organização comunitária, articulação com políticas públicas e mediação com instituições externas, fortalecendo a governança territorial.
- Geração de oportunidades para jovens e mulheres: A inclusão de jovens e mulheres como as AAFI amplia a participação social e reduz êxodo para as cidades, cria perspectivas de futuro dentro do território.
- Melhoria da assistência técnica no território: Com AAFIs formados, o acompanhamento produtivo se torna contínuo, adaptado à realidade local, culturalmente adequado
- Impacto humano direto: mais segurança, mais protagonismo e mais autoestima comunitária.



Consultoria do AAFI Josué Pereira
Cazuza na Terra Indígena Kaxinawá do
Rio Breu. Foto: Elke Lima



XXXV Curso de Formação de AAFIs.
Foto: Ila Verus



XXXV Curso de Formação de AAFIs.
Foto: Ila Verus



Prática de viveiro dentro do XXXV Curso de Formação de AAFLs. Foto: Ila Verus

5

SEGURANÇA ALIMENTAR



João Lima da TI Jaminawá Arara do Rio Bagé,
em Marechal Thaumaturgo Foto: Ila Verus

“A segurança alimentar é um foco muito importante para nós. Porque, na nossa comunidade, ela não está só dentro de casa, ela também está dentro da escola. A segurança alimentar é onde a gente foca para produzir cada vez mais e sustentar a nossa escola também. Hoje, em várias comunidades, não só na minha, já existe o programa de sustentabilidade das famílias, onde entra a segurança alimentar e a escola também. Então, antes, nós, povos indígenas, não comíamos muita verdura. E hoje isso já é um foco maior, né? E isso fortalece a nossa sustentabilidade, quer dizer, a nossa segurança alimentar. Hoje a gente já come verdura, cebola e come o que também faz parte do prato do brasileiro. Então a gente começa a ter esse conhecimento, essa diversidade na nossa alimentação.”

**AAFI Maxi Shanenawa
TI Katukina Kaxinawá, Feijó, Acre.**



Foto: Ila Verús



AAFI Edivaldo Mateus na TI Kaxinawá do Rio Humaitá, aldeia São Vicente. Foto: Agda Sardinha



Produção de frutas na TI Alto Rio Purus. Foto: AAFI Sandro Domingos



Produção de frutas na aldeia São Vicente, TI Kaxinawá do Rio Humaitá. Foto: AAFI Edivaldo Mateus

NÚMEROS



INSUMOS E DIVERSIDADE PRODUTIVA

30kg

de sementes distribuídas (frutíferas e florestais)

22kg

de sementes compradas

110

de pacotes de sementes de hortaliças

22

espécies de hortaliças

360

mudas distribuídas



ESTRUTURA PRODUTIVA

24

galinheiros geridos por mulheres indígenas

19

galinheiros construídos

10

caçimbas construídas/reformadas

2

viveiros construídos

3

sistemas de captação de água e chuva

74

kits agroecológicos



PRODUÇÃO ANIMAL

5200

alevinos entregues

33

pintinhos nascidos

41

patinhos nascidos



PRODUÇÃO E SISTEMAS AGROFLORESTAIS

7

plantios agroflorestais medidos

599kg

de polpa produzida



CIRCULAÇÃO DE ALIMENTOS E SEMENTES

1

Intercâmbio de sementes entre povos

DESTAQUES



Produção de melancia na TI Igarapé do Caucho.
Foto: AAFI Rocildo Saboia Kaxinawá

- As ações de segurança alimentar têm efeitos imediatos e estruturais na vida das famílias, com aumento da disponibilidade de alimentos;
- A distribuição de sementes, mudas e a implementação de sistemas produtivos ampliam a oferta de alimentos frescos, diversificados e produzidos no próprio território;
- Melhoria da qualidade da alimentação, com maior diversidade de hortaliças, frutas, peixes e aves, fortalecendo dietas mais equilibradas, reduzindo a dependência de alimentos industrializados e valorizando a alimentação tradicional;
- Redução da insegurança alimentar, especialmente em períodos de cheia, seca, em situações de isolamento geográfico e dificuldade de acesso aos mercados;
- Geração de renda complementar por meio da comercialização de polpas, aves, sementes, frutas, tubérculos, legumes e verduras em programas como o PAA e o PNAE;
- Fortalecimento do papel das mulheres por meio de ações como galinheiros e hortas, ampliando sua participação na produção de alimentos, gestão de recursos e organização comunitária;
- Sustentabilidade ambiental associada à alimentação por meio de sistemas agroflorestais e práticas agroecológicas que recuperam áreas degradadas, conservam a biodiversidade e garantem produção no longo prazo;
- Impacto direto na vida das famílias, com mais alimentos, saúde e estabilidade.



Variedade de milho na TI Kampa do Igarapé Primavera. Foto: Acervo CPI-Acre



Criação de galinha na TI Jaminawa Arara do Rio Bagé. Foto: Ila Verus



Produção de abacaxi na TI Jaminawa Arara do Rio Bagé. Foto: Ila Verus



Sistema de captação de água da chuva na TI Kampa do Igarapé Primavera. Foto: Acervo CPI-Acre.



Cacimba na TI Kaxinawá do Rio Humaitá, adeia São Vicente. Foto: Agda Sardinha

6

GESTÃO TERRITORIAL INTEGRADA



Vista aérea da Terra Indígena Mamoadate.
Foto: Raiene Almada

“A primeira coisa, eu queria agradecer por participar das atividades de monitoramento territorial e gestão integrada com nossos amigos da Resex. Isso é muito importante para a nossa união. Através da Comissão Pró-Indígenas do Acre e do projeto, estamos realizando um mapeamento e aprendendo a medir com GPS. Eu nunca tinha trabalhado com isso.

Também já vi a gestão territorial sendo feita pelos Agentes Agroflorestais Indígenas, através da formação da CPI-Acre. É um trabalho importante para cuidar da nossa terra, da floresta e do clima.

Os jovens precisam muito dessa formação. Hoje, muitas vezes, são eles que dominam a tecnologia. Já temos pessoas Huni Kuĩ na universidade e mulheres indígenas trabalhando em projetos. Precisamos continuar discutindo o nosso território, aprendendo a usar esses equipamentos, conversando e trocando ideias. Isso fortalece muito o nosso trabalho.”

Antônia Lucileide
Professora, comunidade Massapê.



Oficina de Gestão Integrada na TI Kaxinawá do Rio Jordão. Foto: Felipe Araújo

NÚMEROS



ENCONTROS E OFICINAS

- 1** oficina de validação do PGTA da TI Jaminawa Arara do Rio Bagé, com participação de moradores da Resex Alto Juruá (17 a 22 de fevereiro).
- 1** Intercâmbio de Saberes na aldeia São Vicente (TI Kaxinawá do Rio Humaitá), reunindo 196 participantes, entre eles 126 alunos de 13 escolas das comunidades dos rios Muru e Iboiaçu, voltado ao fortalecimento da aliança entre os Huni Kuĩ e seus vizinhos e à valorização dos saberes tradicionais (26 e 27 de março).
- 1** oficina para implantação de viveiro agroflorestal para integração entre a Resex Alto Juruá e a TI Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu, realizada na comunidade Cubiu, com participação de 27 pessoas de nove comunidades (05 a 07 de outubro).
- 2** oficinas de Gestão Territorial Integrada entre as três Terras Indígenas do Jordão e a Resex Alto Tarauacá, com cerca de 60 participantes em cada edição, incluindo moradores da Resex e indígenas (27/01 a 05/02 e 27/11 a 02/12).
- 1** intercâmbio entre os Huni Kuĩ do Jordão e moradores da Resex Alto Tarauacá, realizado na comunidade Massapê (05 a 07 de julho).



REUNIÕES COMUNITÁRIAS E INTERINSTITUCIONAIS

- 1** reunião com famílias da comunidade Cassiri, na Resex Alto Juruá, para apresentação das ações desenvolvidas em parceria com a TI Jaminawa Arara do Rio Bagé e levantamento de demandas da comunidade (22 de fevereiro).
- 1** reunião com o presidente da Associação de Moradores e Produtores Rurais de Assis Brasil e Brasileira (AMOPREAB) para troca de informações e discussão de parcerias envolvendo a TI Mamoadate e comunidades da Resex Chico Mendes (24 de agosto).
- 1** reunião interinstitucional sobre gestão integrada entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação, com Funai/CR Juruá, ICMBio, SOS Amazônia e liderança Ashaninka da TI Kampa do Igarapé Primavera, para tratar das invasões no território (30 de outubro).



8ª Reunião da Comissão Transfronteiriça Juruá – Yurua. Foto: Malu Ochoa



Reunião com a Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes (FENAMAD). Foto: Ila Verus



NÚMEROS



REUNIÕES TRANSFRONTEIRIÇAS

- 1** intercâmbio entre o povo Manxineru (Brasil) e o povo Yine (Peru), realizado na Comunidade Nativa Monte Salvado, em Madre de Dios, para fortalecer a proteção de povos indígenas isolados e o diálogo entre comunidades fronteiriças (04 a 08 de novembro).
- 1** encontro entre vigilantes comunitários e Agentes Agroflorestais Indígenas em Puerto Esperanza (Peru), promovido pela Reserva Comunal Purus e pelo Parque Nacional Alto Purus (SERNANP) (18 de novembro).
- 1** Oficina de Planejamento Territorial do projeto Fronteiras da Amazônia, realizada em Brasileia pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) (22 de setembro).
- 2** reuniões com a Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes (FENAMAD) para elaboração de termo de cooperação técnica, compartilhamento de informações e plano de trabalho interinstitucional (21 de maio).
- 1** Participação em agenda interinstitucional da Comissão Transfronteiriça Juruá-Yuruá-Alto Tamaya, em Brasília, com MRE, MPI, Funai, OTCA e UNESCO, para diálogo entre organizações indígenas e órgãos federais (02 a 08 de abril).



DOCUMENTOS

- 1** reunião com famílias da comunidade Cassiri, na Resex Alto Juruá, para apresentação das ações desenvolvidas em parceria com a TI Jaminawa Arara do Rio Bagé e levantamento de demandas da comunidade (22 de fevereiro).
- 1** reunião com o presidente da Associação de Moradores e Produtores Rurais de Assis Brasil e Brasileia (AMOPREAB) para troca de informações e discussão de parcerias envolvendo a TI Mamoadate e comunidades da Resex Chico Mendes (24 de agosto).
- 1** reunião interinstitucional sobre gestão integrada entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação, com Funai/CR Juruá, ICMBio, SOS Amazônia e liderança Ashaninka da TI Kampa do Igarapé Primavera, para tratar das invasões no território (30 de outubro).

DESTAQUES

- Fortalecimento dos acordos voltados à proteção das Terras Indígenas e Reservas Extrativistas frente às ameaças externas, contribuindo para a defesa dos territórios, dos modos de vida e da soberania alimentar e cultural das comunidades.
- Consolidação do protagonismo da Associação Manxineru Ptohi Phunputuru Poktshi Hajene (MAPPHA) na parceria com a Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes (FENAMAD) e comunidades indígenas do Peru. A cooperação fortaleceu o intercâmbio de experiências e a construção de estratégias para a proteção de povos indígenas em isolamento voluntário na fronteira entre Acre e Madre de Dios.
- Contribuição da CPI-Acre com informações que subsidiaram documentos técnicos e jurídicos apresentados à Corte Interamericana de Direitos Humanos em defesa dos direitos e territórios de povos indígenas em isolamento voluntário na região transfronteiriça.
- Ampliação da incidência política das organizações indígenas na região de fronteira entre Brasil e Peru, por meio do diálogo com instituições federais e da atuação da Comissão Transfronteiriça Juruá-Yuruá Alto Tamaya. Como parte desse processo, organizações indígenas dos dois países firmaram uma Carta de Intenções com a OTCA durante a COP30.
- Construção de uma agenda de trabalho para 2026 entre ICMBio, Funai e CPI-Acre, envolvendo povos indígenas e comunidades da Resex Alto Tarauacá para fortalecer o diálogo, a cooperação e a proteção ambiental na região.
- As oficinas e intercâmbios de gestão integrada no Jordão fortaleceram lideranças indígenas e extrativistas e ampliaram a participação das associações AHARJ, Huni Kuí Daya e ASKARJ no Conselho Gestor da Resex Alto Tarauacá. A elaboração do Plano de Gestão Territorial Integrada definiu ações, metas e referências para sua implementação entre 2026 e 2030.



Intercâmbio Manxineru-Yine, na comunidade Nativa de Monte Salvador, na região de Madre de Dios, no Peru. Foto: Acervo CPI-Acre



Oficina de Gestão Integrada na TI Kaxinawá do Rio Jordão. Foto: Branca Medina



Oficina de Validação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Jaminawa Arara do Rio Bagé. (Foto: José Frank)

7 CLIMA



Vista aérea dos meandros do Rio Acre.
Foto: Ila Verus

“A floresta em pé é a continuação do homem na terra. Destruir a floresta é destruir a vida no planeta. Pense no frescor dos ventos, na água que te sacia, no alimento que tu precisas. E lembra que somos todos floresta.”

Txane Pistyani Nukini

Líder espiritual da Aldeia Isã Vakevu, Terra Indígena Nukini.

ATUAÇÃO

A Comissão Pró-Indígenas do Acre (CPI-Acre), em parceria com organizações indígenas, promove nos territórios indígenas espaços de diálogo sobre as mudanças climáticas e seus impactos. As atividades contam com ampla participação das comunidades, especialmente das mulheres, cujos conhecimentos e experiências contribuem para a construção de estratégias de adaptação alinhadas aos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), fortalecendo a proteção dos territórios, a segurança alimentar e os modos de vida tradicionais.

No âmbito do Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais (SISA), a CPI-Acre participa da Câmara Temática Indígena (CTI) e da Câmara Temática de Mulheres (CTM), apoiando a atuação de seus representantes nos espaços de governança. Em 2025, a instituição participou das audiências públicas realizadas nas cinco regionais do Acre para discutir a atualização do mecanismo de repartição de benefícios do SISA. As contribuições de povos indígenas, extrativistas e agricultores familiares foram sistematizadas e incorporadas à proposta final.

Apesar dos avanços, persistem desafios relacionados à participação efetiva nas instâncias de decisão e à transparência da governança do sistema. A condução de negociações internacionais envolvendo créditos de carbono pela CDSA sem diálogo prévio com as instâncias participativas gerou questionamentos de organizações da sociedade civil. Em resposta, representantes da governança do SISA elaboraram posicionamentos públicos e entregaram ao Governo do Acre a Carta da Governança, defendendo o fortalecimento da participação social, da transparência e das salvaguardas socioambientais.

NÚMEROS



REUNIÕES NOS TERRITÓRIOS

- 7** reuniões comunitárias em Terras Indígenas, reunindo lideranças, jovens e mulheres para debater mudanças climáticas, segurança alimentar, comunicação, mulheres e juventudes no contexto da COP30. As atividades ocorreram nas TIs Jaminawa Arara do Rio Bagé, Kaxinawá do Baixo Jordão, Nukini, Nawa e Mamoadate.



PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS DE GOVERNANÇA

- 9** reuniões da governança do SISA.
- 1** reunião da sociedade civil da governança do SISA com o MPF.
- 3** reuniões de alinhamento entre representantes da sociedade civil da CEVA, CTI e CTM.
- 6** consultas públicas nas regionais do Acre para atualização da repartição de benefícios do Programa ISA Carbono (REDD+ Jurisdicional).
- 1** reunião da sociedade civil da governança do SISA com o governador.



CONFERÊNCIAS

- 1** Fórum Participativo para definição da estratégia de repartição de benefícios do Programa ISA Carbono.
- 1** Encontro Formativo para o Fortalecimento da Sociedade Civil na Governança do SISA.
- 2** reuniões do Conselho Gestor da PNGATI.
- 1** COParente, na TI Rio Gregório, reunindo lideranças indígenas e parceiros para dialogar sobre a crise climática e a participação indígena rumo à COP30.

Participação de **08 representantes (04 indígenas e 04 indigenistas)**, de três associações, na COP30, em Belém (PA), integrando as mobilizações do movimento indígena.



DOCUMENTOS

- 1** carta da governança do SISA ao governador solicitando maior participação e transparência da CDSA nas negociações de créditos de carbono.
- 1** documento de referência para diálogo institucional com o MPF.
- 2** ofícios da sociedade civil no SISA à Standard Chartered solicitando reunião sobre as negociações de créditos de carbono no Acre.
- 1** Plano de Adaptação Climática Territorial da TI Mamoadate.

DESTAQUES

- Ampliação do diálogo nos territórios indígenas, com a participação de homens, mulheres e jovens, promovendo espaços de reflexão sobre os impactos das mudanças climáticas e fortalecendo os conhecimentos culturais na construção de estratégias coletivas de enfrentamento e adaptação.
- Ampliação do acesso de povos indígenas e comunidades tradicionais às informações sobre a política de clima no Acre, favorecendo maior compreensão sobre seus mecanismos, instrumentos e processos de repartição de benefícios.
- Fortalecimento da participação das comunidades diretamente envolvidas na proteção das florestas, garantindo que suas contribuições fossem consideradas na construção da proposta de atualização do mecanismo de repartição de benefícios, ampliando o debate sobre o reconhecimento da contribuição histórica dos povos da floresta na manutenção da cobertura florestal e na redução do desmatamento.
- Validação da nova Estratégia de Repartição de Benefícios do Programa ISA Carbono do SISA, pactuada com a participação de 150 delegados eleitos nas cinco regionais do Acre, representando territórios indígenas, comunidades extrativistas, ribeirinhas e da agricultura familiar, e formalizada por meio da publicação do Decreto nº 11.732/2025 no Diário Oficial do Estado (DOE).



COParente na Terra Indígena Rio Gregório. Foto: Gabriel Ribeiro



Fórum Socioambiental sobre Políticas Climáticas, Manaus. Foto: Aldalucia Carvalho



Reunião de Fortalecimento da Sociedade Civil na Governança do SISA. Foto: Ila Verus



Cop30, em Belém do Pará. Foto: Ila Verus

8 INCIDÊNCIA POLÍTICA



Acampamento Terra Livre 2025, em Brasília.
Foto: Ila Verus

A atuação no nosso território tem avançado a partir da organização coletiva construída junto à comunidade. As demandas não partem da liderança de forma individual, mas das famílias, que definem suas prioridades.

Essa experiência que estamos vivendo hoje é muito importante para o nosso território e precisa ser registrada. Ao longo desse processo, a CPI tem sido uma das nossas principais parceiras, contribuindo para a construção do conhecimento que hoje temos sobre políticas públicas e gestão territorial.

Nossa participação em espaços de diálogo com a prefeitura e outras instituições tem fortalecido nossa capacidade de compreender e acompanhar as políticas públicas. Foi a partir dessa articulação que conseguimos estruturar nossa associação e implementar ações concretas, como iniciativas de segurança alimentar e melhoria da comunicação do território. Nosso papel enquanto liderança é garantir essa ponte entre a comunidade e as instituições, para que as políticas públicas atendam às necessidades reais do território. A avaliação dos resultados deve sempre partir da própria comunidade, que é quem vivencia esses impactos no dia a dia."

José Francisco Siqueira Arara
Liderança geral da TI Jaminawa Arara do Rio Bagé.



A CPI-Acre tem buscado contribuir para o fortalecimento da ação política de lideranças, coletivos e organizações indígenas, promovendo e ampliando sua participação social no debate, formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas que impactam diretamente seus territórios, modos de vida e direitos coletivos. A formação e mobilização indígena para a ampliação de capacidades na defesa e efetivação de direitos constitui uma estratégia fundamental para fortalecer a autonomia e o protagonismo dos povos indígenas, contribuindo para a garantia e proteção dos territórios, a valorização das identidades e saberes culturais e o exercício da governança indígena. Esse processo gera impactos concretos tanto nas agendas públicas quanto nas iniciativas protagonizadas pelos próprios povos em seus territórios.

Ao mesmo tempo, a implementação e continuidade dessas ações enfrentam desafios. A limitação de recursos para processos contínuos de formação política, comunicação estratégica e mobilização de lideranças ainda representa um obstáculo para a consolidação de uma agenda indígena articulada e autônoma. Além disso, o atual contexto político nacional apresenta riscos significativos aos direitos dos povos indígenas e à agenda socioambiental. No Congresso Nacional avançam pautas contra os direitos indígenas e desmonte da legislação ambiental, como o marco temporal, propostas legislativas que flexibilizam regras de proteção ambiental e iniciativas que buscam alterar a estrutura institucional dos processos de demarcação de terras indígenas. Esse cenário reforça a importância de fortalecer a articulação, a incidência política e os mecanismos de participação social, como forma de defender direitos constitucionais, proteger os territórios e garantir a continuidade das políticas públicas voltadas aos povos indígenas.



Marcha até o Congresso Nacional no Acampamento Terra Livre. Foto: Ila Verus



Acampamento Terra Livre 2025, em Brasília.
Foto: Ila Verus

NÚMEROS



ARTICULAÇÃO PARA DEFESA DE DIREITOS INDÍGENAS

- 1** oficina comunitária na TI Igarapé Preto, com o objetivo de informar e consultar a comunidade sobre o processo relacionado à construção da estrada conhecida como Ramal do Barbary, incluindo o estado da Ação Civil Pública, os direitos de consulta prévia no âmbito do licenciamento ambiental da obra e o levantamento de demandas da comunidade relacionadas à saúde, educação e proteção territorial.
- 2** reuniões interinstitucionais para tratar da gestão territorial da Terra Indígena Kampa do Igarapé Primavera, envolvendo lideranças Ashaninka e instituições públicas, com a participação do ICMBio, FUNAI e CPI-Acre.
- 1** reunião de lideranças ashaninkas das Terras Indígenas Kampa e Isolados do Rio Envira, Riozinho do Alto Envira e Jaminawá do Rio Envira com representantes da Frente de Proteção Etnoambiental Envira (CFPE-EVA) da FUNAI em Rio Branco para tratar de medidas necessárias a proteção das comunidades.
- 1** Encontro no CFPF, reuniu 27 pessoas, sendo 8 mulheres, representantes de 9 organizações indígenas, para reflexão sobre a proteção territorial nas terras indígenas do Acre.



MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS, RECURSOS PROCESSUAIS E AÇÃO CIVIL PÚBLICA

- 17** medidas legislativas no Congresso Nacional com potencial impacto sobre os direitos territoriais indígenas e a proteção ambiental, sendo monitoradas de forma direta.
- 1** acordo celebrado entre o governo do Acre e o Ministério Público Federal (MPF) para a regularização da estrada projetada para conectar as cidades de Rodrigues Alves e Porto Walter, no interior do Acre, como resultado da ação civil nº 1005369-39.2022.4.01.3001 (Ramal Barbary).
- 1** Recurso administrativo contra o processo seletivo para ocupação de vaga no Conselho Estadual de Floresta (CEMAF), no âmbito da Conexão Cipó.
- 1** Posicionamento Coletivo da Conexão Cipó sobre a legislação ambiental estadual alterada pelas Leis n.º 4.395, e 4.397 de 20 de agosto de 2024, que propõem a flexibilização das regras de proteção florestal e das regras sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos que provocam impactos socioambientais.



ELABORAÇÃO E APOIO TÉCNICO PARA PRODUÇÃO DE DOCUMENTO, CARTAS, NOTAS

- 1** carta encaminhada à FUNAI, MPF, SESAI e outros órgãos de proteção indígena, elaborada por lideranças Ashaninka das Terras Indígenas Kampa e Isolados do Rio Envira, Riozinho do Alto Envira e Jaminawá do Rio Envira, representadas pela ASPARE (Associação Ashaninka do Rio Envira) com o apoio técnico da CPI-Acre, solicitando medidas urgentes para prevenir o agravamento de conflitos e da violência na região.

NÚMEROS



- 1** Documento de denúncia elaborado pela ASKARJ, com o apoio da CPI-Acre, aos órgãos públicos IBAMA, FUNAI e Polícia Federal, sobre invasões na TI Seringal Independência, para retirada de madeira.
- 1** carta encaminhada à FUNAI, MPF, SESAI e outros órgãos de proteção indígena, elaborada por lideranças Ashaninka das Terras Indígenas Kampa e Isolados do Rio Envira, Riozinho do Alto Envira e Jaminawá do Rio Envira, representadas pela ASPARE (Associação Ashaninka do Rio Envira) com o apoio técnico da CPI-Acre, solicitando medidas urgentes para prevenir o agravamento de conflitos e da violência na região.
- 1** Carta da Conexão Cipó sobre proposta de integração rodoviária Acre-Peru por Marechal Thaumaturgo. Endereçada à Assembleia Legislativa do Acre, o documento tem como objetivos questionar a viabilidade socioambiental da rota, exigir transparência, a realização de estudos técnicos e a consulta prévia às comunidades indígenas e tradicionais, além de informações sobre governança, segurança e financiamento do projeto.
- 1** Nota de solidariedade à ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, contra os ataques misóginos e a tentativa de constrangê-la e silenciá-la.

AGENDA INTERINSTITUCIONAL, MOBILIZAÇÃO, ENCONTROS, INTERCÂMBIOS



- 17** indígenas, sendo 13 mulheres, foram apoiados integralmente pela CPI-Acre para participar do Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília.
- 4** membros da diretoria da Associação Jaminawa Arara do Rio Bagé (AJARB) reuniram-se com a Secretaria Municipal de Agricultura em Marechal Thaumaturgo, numa agenda de articulação sobre PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

- 1** I Seminário de Educação Popular e Contextualizada, promovido pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).
- 100** mulheres indígenas participaram do encontro “Etapa Samaúma” referente à 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, organizado pela SITOAKORE com apoio da CPI-Acre e promoção dos Ministérios das Mulheres e dos Povos Indígenas.
- 2** assessores da CPI-Acre e 01 indígena participaram de roda de conversa na Semana Chico Mendes, em Rio Branco Acre, com o tema “Legado de Luz - Encontro em Memória de Chico Mendes”.
- 1** Participação na agenda da 15ª reunião do Comitê Global de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais da Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF Task Force) no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF).
- 9** Reuniões da Conexão Cipó, sendo 3 reuniões temáticas.

DESTAQUES

- Fortalecimento da participação indígena em espaços nacionais de mobilização e debate político, como o Acampamento Terra Livre (ATL) e em processos de tomada de decisão que afetam diretamente seus territórios, por meio de oficinas, reuniões interinstitucionais, encontros e agendas de incidência política.
- Ampliação do acesso das comunidades à informação e aos seus direitos, especialmente no que se refere ao direito à consulta prévia, livre e informada em projetos de infraestrutura que impactam territórios indígenas.
- Fortalecimento da articulação entre lideranças indígenas e instituições públicas, como FUNAI, ICMBio, Ministério Público Federal e órgãos municipais, contribuindo para encaminhamentos concretos relacionados à proteção territorial e gestão das terras indígenas.
- Ampliação da capacidade de incidência política das organizações indígenas, por meio do apoio técnico para elaboração de cartas, denúncias, posicionamentos públicos e documentos encaminhados a órgãos de controle e instituições governamentais.
- Valorização da participação de mulheres indígenas em processos de incidência política, evidenciada pelo apoio à participação em encontros e conferências voltados à agenda das mulheres indígenas.



Reunião com a FUNAI, ICmbio e SOS Amazônia sobre a agenda interinstitucional de gestão integrada e das ameaças da TI Kampa do Igarapé Primavera. Foto: Ila Verus



Comitê Global de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais da Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF Task Force). Foto: Ila Verus



Reunião sobre PAA E PNAE na Secretaria Municipal da Agricultura, em Marechal Thaumaturgo. Foto: Ila Verus

9 GÊNERO



Rose Nilde Teles Ferreira Kaxinawá, TI Praia do Carapanã. Foto: Ila Verus

"Sou artesã e participo das reuniões e dos trabalhos comunitários. Inicialmente tinha dificuldade de me expressar nas reuniões. Durante o processo de implementação do marco verde nos limites da TI, as mulheres enfrentaram dificuldades de participação, o que motivou a realização de reuniões exclusivas entre mulheres. Atualmente, participamos das reuniões comunitárias com direito à fala e opinião. Após a segunda oficina do Coletivo de Mulheres, organizei reuniões com mulheres e realizei uma oficina de artesanato, com a produção de 100 peças. Apesar de algumas dificuldades, conseguimos comercializar os produtos durante o Festival Cultural que acontece todo ano. A minha opinião é que a participação das mulheres é fundamental para o sucesso dos projetos comunitários e vejo a importância do fortalecimento cultural por meio dos festivais e intercâmbios."

Athailandia Pereira Varela Arara (Yaka)
TI Arara do Igarapé Humaitá – Aldeia Foz do Nilo



Conferência das Mulheres Indígenas.
Foto: Alexandre Noronha

NÚMEROS

ENCONTROS E OFICINAS



Apoio à Etapa Regional da 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, etapa Samaúma da 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, organizada localmente pela Organização das Mulheres Indígenas do Acre Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia (Sitoakore). A conferência foi promovida pelo Ministério das Mulheres, em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga). Participação de 100 mulheres (22 e 23 de julho).

III Oficina “Mulheres Indígenas Gênero e Gestão”, participação de 10 mulheres de 06 Terras Indígenas. Dando continuidade aos objetivos da formação; fortalecer a participação e o protagonismo das mulheres na organização comunitária e nas associações indígenas; abordar questões de gênero e direitos humanos e impulsionar a formação em associativismo, cooperativismo e gestão financeira (01 a 06 de dezembro).

REUNIÕES COMUNITÁRIAS E INTERINSTITUCIONAIS



- 1 Reunião de Fortalecimento nas mulheres na Segurança Alimentar/ Coletivo de mulher e AAFS, com a participação de 22 mulheres, na TI Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu.

3ª Oficina de Mulheres Indígenas, Gênero e Gestão.
Foto: Ila Verus





DESTAQUES

- Fortalecimento do protagonismo das mulheres junto às suas comunidades, participando de discussões sobre a proteção de seus territórios, a segurança alimentar e ações sobre como mitigar os impactos das mudanças climáticas, das quais são diretamente afetadas.
- Mulheres discutindo e construindo propostas concretas a serem desenvolvidas em seus territórios, assumindo o compromisso da continuidade das ações junto às suas comunidades, envolvendo jovens e mulheres.
- Mulheres indígenas participando de debates para as políticas públicas a nível federal, em eixos temáticos: Direito e Gestão Territorial; Emergências Climáticas; Políticas Públicas e Violência; Saúde; Educação e Transmissão de Saberes Ancestrais.

Conferência das Mulheres Indígenas.
Foto: Alexandre Noronha



10

FORTALECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS



Encontro com organizações e lideranças indígenas do Acre. Foto: Ila Verus

“A formação prática de gestão financeira que vivenciamos foi uma experiência muito positiva. Antes era mais a teoria, e a gente tinha dúvidas no momento de aplicar os conhecimentos no dia a dia. Durante a formação, com o apoio da CPI-Acre, aprendemos na prática como fazer movimentação bancária, utilizar aplicativos, realizar transferências e prestar contas. Isso ajudou a superar dificuldades importantes dentro da associação. Essa formação é fundamental porque nos dá mais segurança para administrar os recursos e fortalecer o trabalho das associações indígenas. Hoje, me sinto mais preparado para dar continuidade às atividades e contribuir com o desenvolvimento da nossa comunidade”.

Rocildo Barbosa Kaxinawá
Presidente da Associação Huni Kui do Alto Jordão (AHAJ).

ATUAÇÃO

O fortalecimento das organizações indígenas é um eixo central da atuação da Comissão Pró-Indígenas do Acre (CPI-Acre), que apoia associações e coletivos indígenas na conquista e no exercício de direitos territoriais, ambientais, linguísticos e socioculturais. Esse apoio se dá por meio de ações voltadas à gestão territorial e ambiental, educação intercultural e incidência em políticas públicas. Nesse processo, as organizações indígenas atuam como protagonistas, definindo pautas, prioridades e estratégias de atuação.

O apoio à regularização institucional, à realização de assembleias e ao cumprimento de obrigações legais tem contribuído para reduzir fragilidades administrativas e ampliar a capacidade das associações de atuar junto a órgãos públicos e financiadores. Ao mesmo tempo, o suporte a mobilizações e processos de articulação política fortalece estratégias de proteção territorial e incidência em temas como mudanças climáticas, educação e infraestrutura. Apesar dos avanços, persistem desafios relacionados ao aumento das demandas das associações e coletivos indígenas, diante de limitações institucionais como orçamentos restritos e capacidade reduzida de acompanhamento técnico. Esse cenário exige estratégias que garantam continuidade e ampliem o alcance do apoio prestado.

Outro desafio está relacionado ao contexto político nacional. Com a aproximação das eleições de 2026, intensificam-se as disputas políticas nos territórios e o assédio aos votos indígenas por atores que apoiam iniciativas contrárias aos direitos indígenas e socioambientais. Diante desse cenário, a CPI-Acre busca fortalecer processos de formação política e articulação das lideranças, por meio de atividades no Centro de Formação dos Povos da Floresta e nos territórios, ampliando a capacidade de análise e a defesa coletiva dos direitos e territórios indígenas.

NÚMEROS

PARCERIAS INDÍGENAS

17 associações e **6** coletivos privados

APOIO FINANCEIRO

5 associações e **1** coletivo apoiados para o atendimento de demandas internas e execução de pequenos projetos.

REGULARIZAÇÃO

6 associações receberam assessoria (incluindo contábil) para sua regularização jurídico-administrativa.

ADVOCACY

16 associações e **6** coletivos apoiados em suas ações de incidência política.

FORMAÇÃO

4 associações e **1** coletivos ampliando capacidades para gestão administrativo e financeira.

60

lideranças locais (homens e mulheres) passaram por formações com foco em gestão administrativa e financeira.

REPRESENTATIVIDADE

17 terras indígenas e **10** povos representados/participantes nas atividades.

MOBILIZAÇÕES

6 eventos de mobilização e articulação entre organizações indígenas apoiados.

ESPAÇOS CONSULTIVOS E DELIBERATIVOS

10 espaços institucionais deliberativos e consultivos sobre políticas públicas (comissões, grupos de trabalho, conferências, câmaras temáticas e fóruns). A CPI-Acre assessorou organizações e lideranças indígenas para atuação direta nesses espaços.

Oficina de Fortalecimento Institucional e Gestão Financeira das Associações AHAJ e RAYA na TI Kaxinawá do Baixo Rio Jordão. Foto: Alda Carvalho



Módulo I do Curso de Formação de Gestores Noke Ko'í. Foto: Gleyson Teixeira



DESTAQUES

- Ampliação da capacidade de gestão, articulação institucional e incidência política das organizações indígenas apoiadas. O fortalecimento organizacional consolidou-se como uma estratégia transversal da CPI-Acre, articulando assessoria técnica, apoio financeiro, regularização administrativa, formação em gestão e suporte a mobilizações e agendas públicas estratégicas.
- Maior número de associações indígenas com regularização jurídica, organização administrativa e cumprimento de exigências formais para diálogo e captação de recursos juntos aos com órgãos públicos e financiadores.
- Mais organizações passaram a operar com maior segurança institucional, ampliando suas possibilidades de participação em editais, convênios e parcerias, bem como a implementação de iniciativas próprias voltadas ao desenvolvimento de seus territórios.
- Fortalecimento da base social das organizações, impulsionado pelas atividades formativas realizadas diretamente nos territórios.



Módulo I do Curso de Formação de Gestores Noke Ko'í. Foto: Gleyson Teixeira



1ª Reunião de Trabalho com a AMAAIAC. Foto: Ila Verus

APOIO FINANCEIRO

Rainforest Foundation Norway- RFN NORAD/ (NICFI)

Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas – SEPI

WWF – Brasil – Bengo

Fundação Amazônia Sustentável – FAS

Manos Unidas

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

EXPEDIENTE

Redação

Aldalucia F. C. Santos, Branca Medina, Elke Lima dos Santos, Eudenice Pinheiro Ferreira, Felipe Nascimento, Gleyson de Araújo Teixeira, Ila Caira Verus Magalhães, Leilane Marinho e Vera Olinda Sena de Paiva.

Edição

Elizabeth Bylaardt, Vera Olinda Sena de Paiva, Isabel Aquino.

Revisão

Mara Vanessa Fonseca Dutra

Arte e diagramação

Lumina Comunicação & Arte

Canais e redes da CPI-ACRE



cpiacre.org.br



[@proindigenasacre](#)



institucional@cpiacre.org.br



João Rodrigues Kaxinawá, AAFI da TI Praia do Carapanã. Foto: Ila Verus



QUEM APOIA NOSSO TRABALHO

